

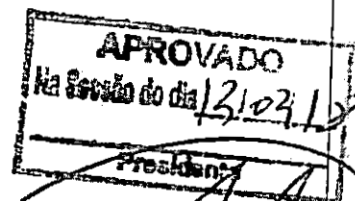
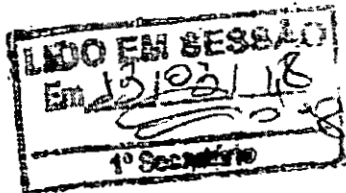


ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

# **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

## **2017**

Ata da audiência pública realizada até o final de fevereiro



**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**3º Quadrimestre 2017.**

**Alagoinhas, 27 de Fevereiro de 2018.**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro, à hora regimental, à Câmara Municipal de Alagoinhas, realizou-se uma Audiência Pública de acordo Ofício nº 021/2018, de autoria do Poder Executivo – GAPRE, apresentação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º Bimestre/2017, e do relatório Fiscal do 3º Quadrimestre de 2017, de acordo Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. **Dentre os convidados**

**presentes estavam: Daniel Ivo Neri Grave – Secretário Municipal de Fazenda, Leila Carla Vila Flor Souza Gabriel – Controladora Geral do Município e os Vereadores Luciano Sérgio de**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



**Jesus Santos, Juracy Ferreira do Nascimento, Luciano Márcio Santos Almeida, Raimunda Neire Florêncio de Souza, Darlan Lucena de Oliveira, Caio Ícaro Silva Ramos, Noberto Alves Moita "Bebé", Jorge Santana Gonçalves "Jorge da Farinha, Ozeas Menezes de Souza, José Cleto dos Santos Filho, João Henrique de Jesus Meireles Paolilo, Edilson Ferreira Lima, Anderson Cesar Baqueiro da Silva, José Carlos de Lima "Pastor Lins", Francisco Ribeiro de oliveira " Thor de Ninha", Raimundo Alves dos Santos "Gode", e Roberto José Torres Lima, Assumiu a Direção dos trabalhos o Sr. Presidente Roberto Torres, em seguida passa a palavra para apresentação do Sr. Daniel Grave**

**Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de saudar atodos os presentes. Hoje iremos tratar de um tema importante que é execução fiscal do município de

**ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO**

*12*  
*Peolho*

*[Handwritten signatures and scribbles]*

*S. J. el*

*[Handwritten signatures and scribbles]*



Alagoinhas do ano de 2017. Então é o primeiro ano de mandato do Prefeito Joaquim Neto. E como a Lei determina temos que prestar as contas das receitas e despesas da execução orçamentaria do exercício nesta Casa Legislativa. **Em seguida o Sr. Secretário apresenta as receitas e despesas que estão em anexo a essa Ata. O Sr. Presidente passa a palavra para apresentação da Sra. Leila – Controladora Geral do Município, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de saudar a todos os presentes. Sou Controladora desde de novembro, então convite do Prefeito Joaquim Neto, sou Servidora Municipal a oito anos de carreira. E estamos aqui para dar continuidade ao trabalho de Kátia Almeida e de Denemario. E dentro das funções institucionais da Controladoria vamos acompanhar e controlar os limites constitucionais legais do município conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. Obrigado! **Em**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

**seguida a Sra. Leila, faz a apresentação das despesas do município que está em anexo a essa Ata. O Sr. Presidente passa a palavra aos Srs. Vereadores para discutir o Quadrimestre. Com a palavra o Vereador Francisco Ribeiro "Thor de Ninha", Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Gostaria de saudar a todos os presentes. Com relação ao quadro receita com saúde. Tem despesas do município com saúde no valor de 45.988,000, 00 (Quarenta e cinco milhões noventa e oito e oito mil). O que dizer esse quadro? Responde Sr. Secretário Daniel Grave, diz: que está pegando as despesas que não foi paga, a que está paga pode ser menor que está comprometida, pegou a despesa do endividamento. Que na hora que homologa o contrato, independentemente de foi executada ou não, fez a provisão. Todas as despesas tentaram colocar a competência. Retoma a palavra o Ver. Francisco Ribeiro, e diz; que na última vez**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

que o Secretário esteve nesta Casa, quando discutiam previsão de receitas o Secretário dizia que era otimista. Tinha uma provisão de 268.000.000 (duzentos e sessenta e oito milhões, e chegou a 325.000.000 (trezentos e vinte cinco milhões). Mostrou que estava certo que podemos avançar nas discursões e negociações. Com relação à CAF, o prefeito esteve nesta Casa duas vezes e citou o nome do Deputado Paulo Azi, e o mesmo fez o Secretário Daniel Grave. Se ele é pai da CAF, tirou também vários direitos dos trabalhadores. É só uma observação, para que todos os Secretários que venham nesta Casa não use isso como palanque eleitoral. Educação é coisa séria, e não vimos resultados práticos com aumento dos indicadores. Espero que os recursos sejam bem utilizados para que precisassem melhorar os indicadores da Educação no município. Com relação à arrecadação arrecadamos 319.000.000,00 (trezentos e dezenove

**ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR**  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

milhões), esses recursos soma com os 50.000.000 (cinquenta milhões) que não foi arrecadado? Obrigado! **o Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Caio Ramos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de saudar a todos os presentes, em especial aos Guarda Municipal, na pessoa do Comandante Alan, sempre presente nos eventos desta Casa Legislativa. E dizer de nossa alegria em participar desse momento impar que é a transparência do Governo Municipal. Trazendo a tona a sociedade aquilo que aconteceu com as contas do município. E discordar do Ver. Thor de Ninha, e dizer que à educação está no caminho certo sim. E dizer Sr. Secretário Fabricio Faro está mostrando as coisas de forma concreta. Inclusive tivemos uma reunião na semana passada, na UNEB, junto com Isacc, Jamine e a Secretária de Educação que está preocupada em resolver essas problemáticas que acontecem em nosso município que é a questão da inclusão digital

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



nas escolas. Então isso é fazer gestão. Sem mais dizer a todos os presentes que o Governo Municipal está no caminho certo. Obrigado! **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Luciano Almeida, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de saudar na figura de Moacir – Secretário de Saúde saúda a todos os presentes. O que mim alegra é está fazendo parte de uma negociação que vem dando uma cara nova para Alagoinhas colocando-a como cidade destaque. Tenho certeza que no final dessa gestão Alagoinhas subira em todos osâmbitos. Ano passado aprovamos alguns projetos para contrair empréstimos, gostaria de saber se já foram contraídos ou qual o andamento desses processos? Com relação ao IPTU, com anda a cobrança Judicial do IPTU? Se o IPTU prescrito tem legalidade? E não deixar de parabenizar a Servidora Leila, e ao Prefeito por está valorizando mais uma funcionária de carreira. E dizer ao Vereador que tem que falar o

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



nome de Paulo Azi, porque é o Deputado que tem sido o melhor parceiro da Prefeitura Municipal de Alagoinhas através de suas Emendas. É um Deputado que nos honra porque não está metido em escândalos do mensalão. E quanto aos trabalhadores seus direitos nunca foram violados pelo Deputado. Estamos vivendo um momento atípico em país, está na hora de passar a limpo todas essas irregularidades. E quando o Prefeito emprega seus suportes é porque quer dar lisura a sua administração. E parabenizar ao Secretário Grave por mostrar com transparência das contas públicas do município. Obrigado! **Com palavra o Sr. Presidente, diz:** que seria importante que o Sr. Secretário enviasse aos Vereadores as dívidas discriminadas, inclusive dos Precatórios. E com relação aos projetos de Abertura de Créditos no valor de 30.000.000 (trinta milhões), em que situação se encontra? Obrigado! **O Sr. Presidente passa a**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



**palavra ao Vereador Luciano Sérgio, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de saudar a todos os presentes. E dizer aos Srs. pouco foi a discursão do quadrimestre. O Plenário está cheio e hoje está sendo um bom palco para o Vereador de posição fazer a média com os futuros eleitores. Mas todos sabem quem é quem aqui nesta Casa. E eu não vou contribuir para este palco. Acho o debate do quadrimestre mais importante, porque é elemento e refletir as finanças e as movimentações orçamentarias. Então a fala do Vereador Thor de Ninha foi nesse sentido. Acho que a Mesa tem que conduzir de forma correta para não permitir esse tipo de coisa. Nunca misturei principalmente com a equipe técnica de Governo. Fico feliz o reconhecimento de uma Servidora no papel de Controladora. Isso remete o quanto à equipe técnica do Governo, de que os funcionários são referência. Então o quadrimestre é o momento de

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

confrontarmos essas ideias. Sugerir nos anos do Governo Paulo Cesar, e estou sugerindo no Governo de Joaquim que esses detalhamento seja apresentado daquilo que entendamos como está utilizado o recursos na Fonte 0. Com relação às dividas, tenho participado de diversas discursões, com o SAAE, e já foi dito, que a situação do SAAE teve uma transformação pra melhor. Gostaria de saber do Sr. Secretário se de fato essa transformação aconteceu do saneamento, principalmente no abastecimento de água? Com relação ao comportamento do percentual 51,50%, do limite com pessoal. Isso significa que esse ano poderemos usar mais a campanha salarial? Obrigado! **Com a palavra o Sr. Presidente, diz:** que teve o excesso dos Vereadores e esperamos que não aconteça, o Vereador tem que discutir sobre o quadrimestre, e passar a real situação das contas do município. **Responde o Sr. Secretário, diz:**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

quesugeri que a Comissão de Orçamento provoque junto com a Controladora do SEFAZ solicitando que na próxima audiência pública com as informações relevantes, pontudas por todos Vereadores com relação as dívidas. O Vereador Thor de Ninha colocou uma comparação de disponibilidade de caixa e execução, de uma possível desassistência no município. O nosso instrumento legal que nos permite contrair despesas e realizar serviços, está na Constituição Federal é a Lei orçamentária anual – LOA, aprovado nesta Casa. Se for realizar despesas que não esteja contemplado pela LOA, vai gerar uma impropriedade. O orçamento de 2017 foi executado 95,15%. É percentual razoável de orçamento. Discordo de V.Exa., então o ano 2017 foi positivo para o município. Com relação aos direitos dos servidores encontramos o município de numa situação fiscal muito delicado. Sempre pontuamos que precisávamos ter o pé no chão para os próximos

**ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR**  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



anos de como iria se comportar a receita de arrecadação. Fizeram o dever de casa e criaram formas para melhorar essa arrecadação. E no final foi positivo os números. E para 2018, se for feita uma reunião com o sindicato, não conseguiremos ter o reajuste, por que qualquer avanço no momento por o índice está 51,55%. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é partir de 51,30% é o limite prudencial. Não poderia proceder algum benefício sem senão onerar a folha. Temos que retomar as conversas para projetar 2018. Sou otimista porque age com prudência. Com relação ao PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, está Casa aprovou uma operação de Crédito no valor de 5.400.000 (cinco milhões e quatrocentos mil reais), para investir modernização tributária. Parabenizo está Casa e fizemos o dever de casa, mandamos para o BNDS, foi barrado por problemas interno. Primeiro pela burocracia do

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

BNDS, e segundo do Governo Federal na mudança da política de juros do Banco Central. Então tivemos que aguardar aprovação e agora foi retomado o segmento normal do processo. A Caixa Econômica Federal tem uma agenda que no final de abril o custo está liberado. Com aprovação do BNDS, todas as contratações serão homologadas. Com relação a cobrança do município implantamos em 2017, em tempo record uma forma de cobrança na dívida ativa, através do CERASA. Hoje o município tem contratado o CERASA. Implantamos um novo serviço de cobrança no município através do protesto de títulos e cartório. A Procuradoria continua fazendo execução Judicial e fiscal dos débitos. Em 2017 a dívida ativa arrecadou com a dívida ativa um milhão a mais do que no ano anterior. Através dessas ferramentas implantadas. Com relação a prescrição é procurar a Sefaz e entrar no processo administrativo. E se pegou será que ser

**ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR**  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

restituído. Com relação aos empréstimos foram três aprovado nesta Casa em torno de 18 milhões, aonde o banco vai avaliar, junto com os critérios para poder autorizar. Com relação ao SAAE, foi herdada uma dívida compromissos não honrados, e posso assegurar que a dívida da Previdência foi parcelada em longo prazo. E teve sua certidão negativa estando adimplente com a Receita Federal. Com relação da Coelba está na fase de negociação. Obrigado! **O Sr.**

**Presidente passa a palavra ao Vereador João Henrique, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.**

Gostaria de saudar a todos os presentes, em especial a presença dos Secretários nesta Casa. Primeiramente minha justiça no Brasil é quem paga mais, quem tem mais. As instituições financeiras faziam seus serviços aqui e geravam suas notas em outros municípios que lhe davam mais vantagens. Vimos instituições que ganham milhões ao longo dos anos e não oferecem contrapartida em serviços que

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



prestam aos seus contribuintes. As minhas dúvidas já foram tiradas, graças aos nobres parés que nos antecederam. Obrigado! **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Raimundo Alves dos Santos "Gode", Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de parabenizar o Governo de Joaquim Neto como um todo, inclusive pela sua transparência. E dizer que a critica do Vereador Thor de Ninha é o futuro de Alagoinhas. E se não tivesse oposição nesta Casa, o povo não viria aqui. Fico feliz em ver essa Casa cheia, e espero que todas sessões ordinárias estejam desse jeito para que a sociedade vejam o trabalho do Vereador. Obrigado! **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Jorge Gonçalves "Jorge da Farinha", Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de saudar a todos os presentes, em especial aos servidores da Prefeitura que encheram a galeria desta Casa. Queria a parabenizar a Controladora Leila, e ao Prefeito

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO





Joaquim Neto pela escolha acertada na sua nomeação. E dizer ao Secretário da Fazenda que essa gestão tem uma diferença. Chegávamos no quadrimestre e nem prestávamos atenção, e hoje vimos que a equipe do Governo está trabalhando certo na sua arrecadação. Tenho que certeza do Projeto que debatido no CAM, no valor 368 milhões, que no final ano vai acrescentar bastante. E dessa forma que a equipe do Governo trabalha com arrecadação. Somos da base do Governo e estamos fiscalizando e sabemos o quanto o Prefeito está trabalhando com recursos próprios. Vamos mudar de CIPE pra COCIPE, e tem certeza que a Prefeitura ira fazer seu papel em cobrar dos grandes empresários, inclusive os banqueiros. Queria parabenizar a fala do Vereador Luciano Sérgio, mas discordo do fala do Vereador Thor de Ninha, porque sabemos que o único Deputado que traz recursos (Emendas) para Alagoinhas. E dizer aos Srs. que a Prefeitura está no

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

limite prudencial, vamos dará sim o aumento aos servidores. Obrigado! **Com a palavra o Sr. Presidente, diz:** que na próxima apresentação do quadrimestre não poderá falar mais de políticos e servidores, só se a ter ao tema da audiência. Que essa discursões só ria caber nas Sessões. E dizer aos Srs. que a Prefeitura está no limite prudencial, vamos dará sim o aumento aosservidores. **Pergunta Ver. Francisco Ribeiro;** a contribuição de iluminação públicaquanto foi executada e pago? No segundo quadrimestre a despesas com município com saúde era de 28.600 milhões e seiscentos liquidado, nesse próximo quadrimestre temos despesas com saúde empenhada 45.988, qual a diferença de um quadrimestre pra outro?**Responde Sr. Secretário Daniel Grave, diz:** esse gráfico mostrado hoje não obriga demonstrar quanto foi gasto por Fonte de Recursos. No ultimo quadrimestre a despesa publicada foi liquidada, mas

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

no último quadrimestre a legislação exige que seja empenhada. Nos últimos quatro anos terão a despesas de competência. Por prudência é uma lei Federal determina que no ultimo quadrimestre o município faça seus controles com despesas empenhadas. Obrigado!**Questão de Ordem Ver.**

**Luciano Sérgio, diz:** que na realidade nesses últimos dias tem sido bombardeado na rede social sobre algo extremamente grave e a empresa não noticiou. Eque sugeri que a Mesa diretora tratasse isso com direito junto com o Prefeito Joaquim Neto, a denúncia de uma Cargo Comissionado ter praticado abuso de capaz. A Câmara Municipal de Alagoinhas respeitando os diretos das crianças e adolescentes não pode deixar de interferir, acompanhar e fiscalizar efetivamente um caso como esse. Por é gravíssimo, e gostaria de deixar de público a responsabilidade do Presidente desta Casa e da Mesa Diretoria que se apure e vá afundo dessas

**ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR**  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

*Paulo*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

questões. Com a palavra o Sr. Presidente diz: que o Funcionário está afastado das suas funções, até que apure os fatos. E se caso for comprovado vai ser exonerado. **Questão de Ordem Ver. João Henrique, diz:** diz que o afastamento tem que ser oficial. **Nada mais havendo, o Sr. Presidente convoca os Srs. Vereadores para a próxima Sessão, que se realizará no próximo dia 01 de março e, em nome de Deus, encerrou os trabalhos. Para constar, foi a lavrada a presente Ata que após lida, discutida, aprovada e por todos assinada, será arquivada.**

*José Leite dos Santos Filho*  
*Roberto Alves Costa*  
*Antonio José Caldera da Silva Júnior*  
*Supervisor de Texto Legislativo*

*João Henrique*  
*Roberto*

*Antonio José Caldera da Silva Júnior*  
ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR  
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO



## Objetivos da Audiência Pública

Cumprir um requisito legal: Demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais no 3º Quadrimestre de 2017, conforme disposto no § 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim redigido:

*“Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”.*

Dar ciência à sociedade da evolução dos números fiscais do Estado.

Controle e Planejamento: o acompanhamento periódico da execução orçamentária permite estimar a evolução das receitas e despesas do exercício e antecipar a necessidade de correções de rumo a tempo de garantir o cumprimento das metas fiscais definidas na LDO.



## Execução Orçamentária - Receitas e Despesas

3



### DAS RECEITAS ARRECADADAS

Receitas	Previsão Atualizada 2017	Receitas Arrecadadas			
		Até dezembro de 2017 (A)	Executado (%)	Até dezembro de 2016 (B)	% (b/a)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>298.151.838,74</b>	<b>312.953.087,20</b>	<b>104,96%</b>	<b>293.784.678,95</b>	<b>6,52%</b>
Receita Tributária	42.817.405,35	38.273.220,02	89,39%	37.489.614,60	2,09%
Receita Contribuição	1.920.690,76	1.924.100,66	100,18%	1.769.103,97	8,76%
Receita Patrimonial	4.027.351,91	3.732.244,78	92,67%	3.753.942,05	-0,58%
Receita de Serviços	24.139.493,66	25.198.189,89	104,39%	23.294.675,19	8,17%
Transferências Correntes (*)	218.130.526,44	236.228.731,71	108,30%	221.007.127,14	6,89%
Outras Receitas Correntes	7.116.370,62	7.596.600,14	106,75%	6.470.216,00	17,41%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>17.365.867,26</b>	<b>12.766.078,50</b>	<b>73,51%</b>	<b>3.779.661,40</b>	<b>237,76%</b>
Operações de Crédito	7.400.000,00	9.741.499,13	131,64%	0,00	100,00%
Alienação de Bens	40.000,00	-	0,00%	108.720,00	-100,00%
Transferências de Capital	9.925.867,26	3.024.579,37	30,47%	3.670.941,40	-17,61%
Receitas Intra-Orçamentárias	396.000,00	154.178,87	38,93%	0,00	100,00%
<b>RECEITAS TOTAIS</b>	<b>315.913.706,00</b>	<b>325.873.344,57</b>	<b>103,15%</b>	<b>297.564.340,35</b>	<b>9,51%</b>

4



### DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DA DÍVIDA ATIVA

Receitas	Previsão Atualizada 2017	Receitas Arrecadadas			Variação (%) % (b/a)
		Até dezembro de 2017 (A)	Executado (%)	Até dezembro de 2016 (B)	
<b>Impostos</b>	<b>39.572.800,59</b>	<b>35.533.593,38</b>	<b>89,79%</b>	<b>34.647.379,64</b>	<b>2,56%</b>
IPTU	4.538.942,87	4.350.213,83	96,72%	3.843.883,23	14,21%
IRRF	6.034.970,07	6.326.042,03	103,96%	5.408.135,34	16,97%
ITIV	1.805.661,22	1.939.149,35	107,39%	1.560.134,96	24,29%
ISS	27.143.226,43	22.878.188,17	84,29%	23.835.226,11	-4,02%
<b>Taxas</b>	<b>3.244.604,76</b>	<b>2.739.626,64</b>	<b>84,44%</b>	<b>2.842.234,96</b>	<b>-3,61%</b>
Taxas pelo Poder de Polícia	3.155.333,25	2.644.040,58	83,80%	2.656.273,22	-0,46%
Taxas pela Prestação de Serviços	89.271,51	95.586,06	107,07%	185.961,74	-48,60%
<b>Dívida Ativa, Juros, Multas e Atualizações</b>	<b>269.554,36</b>	<b>187.690,50</b>	<b>69,63%</b>	<b>2.001.608,94</b>	<b>-90,62%</b>
IPTU	141.060,11	78.999,23	56,00%	1.390.484,87	-94,32%
ITIV	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
ISS	77.048,79	67.315,50	87,37%	206.337,04	-67,38%
Taxas	51.445,46	41.375,77	80,43%	404.787,03	-89,78%
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>43.086.959,71</b>	<b>33.460.910,52</b>	<b>89,26%</b>	<b>39.491.223,54</b>	<b>-2,61%</b>

5



### RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES E DÍVIDA EM PARCELAMENTO

Receitas	Previsão Atualizada 2017	Receitas Arrecadadas			Variação (%) % (b/a)
		Até dezembro de 2017 (A)	Executado (%)	Até dezembro de 2016 (B)	
Contribuição P/ o Custeio de Iluminação Pública	1.920.690,76	1.924.100,66	100,18%	1.769.103,97	8,76%

6



## TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Receitas	Previsão Atualizada 2017	Receitas Arrecadadas		Variação % (b/a)	
		Até dezembro de 2017 (A)	Executada (%)		Até dezembro de 2016 (B)
<b>Transferências Correntes</b>	<b>218.130.526,44</b>	<b>236.228.731,71</b>	<b>108,30%</b>	<b>221.007.127,14</b>	<b>6,89%</b>
FPM	67.378.255,77	73.732.262,71	109,43%	75.816.608,75	-2,75%
ITR	94.212,90	38.170,62	40,52%	61.591,37	-38,03%
Transferências de Royalties/FEP	11.578.802,12	12.387.860,46	106,99%	12.234.080,27	1,26%
Transf. de Recursos - SUS (UNIÃO)	32.858.405,81	32.641.909,04	99,34%	30.222.579,54	8,01%
Transf. de Recursos - FNAS (União)	1.784.814,04	2.665.585,45	149,35%	1.610.692,73	65,49%
Transf. de Recursos - FNDE (União)	4.811.342,45	4.659.467,86	96,84%	4.242.139,50	9,84%
ICMS Desoneração - LC 87/96	204.457,26	182.344,08	89,18%	174.577,32	4,45%
ICMS	47.500.370,90	50.948.402,19	107,26%	45.347.403,44	12,35%
IPVA	6.171.836,82	6.531.058,32	105,82%	6.086.534,63	7,30%
IPI - Exportação	526.805,14	605.906,19	115,02%	491.193,88	23,35%
CIDE	202.000,00	269.993,79	133,66%	202.347,67	33,43%
Transf. de Recursos - SUS (Estado)	1.737.440,00	1.557.750,00	89,66%	2.360.700,00	-34,01%
Outras Transferências da União	166.546,11	240.747,92	144,55%	377.732,21	-36,26%
Outras Transferências do Estado	1.048.930,88	1.110.111,84	105,83%	811.658,47	36,77%
FUNDEB	41.625.802,02	47.763.952,28	114,75%	40.644.823,06	17,52%
Transferências de Pessoas	300.000,00	283.457,03	94,49%	322.464,30	-12,10%
Transf. de Convênios - Custeio	140.504,22	609.751,93	433,97%	0,00	100,00%



## DAS DESPESAS EXECUTADAS

Despesas	Dotação Atualizada 2017 (a)	Despesas Empenhadas		% (b/c)	
		Até dezembro de 2017 (B)	Até dezembro de 2016 (C)		
<b>Despesa Correntes</b>	<b>292.841.862,06</b>	<b>285.007.906,96</b>	<b>97,32%</b>	<b>272.426.113,68</b>	<b>4,62%</b>
Pessoal e Encargos	150.514.603,30	150.064.791,31	99,70%	135.595.764,98	10,67%
Juros e Encargos da Dívida	252.037,99	230.200,41	91,34%	1.893.993,91	87,85%
Outras Despesas Correntes	142.075.220,77	134.712.915,24	94,82%	134.936.354,79	-0,17%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>41.824.009,61</b>	<b>33.403.717,87</b>	<b>79,87%</b>	<b>22.513.850,92</b>	<b>48,37%</b>
Investimentos	32.982.452,66	24.579.373,07	74,52%	15.992.360,76	53,69%
Inversões Financeiras	10,00	-	0,00%	-	0,00%
Amortização da Dívida	8.841.546,95	8.824.344,80	99,81%	6.521.490,16	35,31%
Reservas de Contingências	-	-	0,00%	-	0,00%
Desp. Intraorçamentárias	1.076.094,96	1.051.124,75	97,68%	595.503,11	76,51%
<b>Total das Despesas</b>	<b>335.741.966,63</b>	<b>319.462.749,58</b>	<b>95,15%</b>	<b>295.535.467,71</b>	<b>8,10%</b>





## DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017					
Receitas	Previsão Atualizada		Receitas Arrecadadas		
	2017 (A)	Jan a dez (B)	Executado (%)		
Receitas Correntes	298.151.838,74	312.953.087,20	104,96%		
Receitas de Capital	17.365.867,26	12.766.078,50	73,51%		
Intraorçamentária	396.000,00	154.178,87	38,93%		
<b>Total das Receitas</b>	<b>315.913.706,00</b>	<b>325.873.344,57</b>	<b>103,15%</b>		
Despesas	Dotação Atualizada		Despesas Empenhadas		Executado
	2017 (a)	Jan a dez (B)	Jan a dez (C)		
Despesas Correntes	292.841.862,06	285.007.906,96	97,32%		280.780.922,54
Despesas de Capital	41.824.009,61	33.403.717,87	79,87%		30.547.768,25
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00%		0,00
Intraorçamentária	1.076.094,96	1.051.124,75	97,68%		1.048.203,51
<b>Total das Despesas</b>	<b>335.741.966,63</b>	<b>319.462.749,58</b>	<b>95,15%</b>		<b>312.376.894,30</b>
Superávit/Déficit RT - DT EMPENHADA					6.410.594,99

9

## DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	RP EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP DO EXERCÍCIO	RP NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	RP NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO
RECURSOS VINCULADOS	42.641.924,64	154.718,87	681.408,50	203.556,88	1.945.065,44	39.657.174,95	4.368.182,09
RECURSOS PRÓPRIOS	9.857.145,42	2.755.801,75	417.813,90	373.509,67	3.672.753,15	2.637.266,95	2.717.673,19
<b>TOTAL</b>	<b>52.499.070,06</b>	<b>2.910.520,62</b>	<b>1.099.222,40</b>	<b>577.066,55</b>	<b>5.617.818,59</b>	<b>42.294.441,90</b>	<b>7.085.855,28</b>

10



# Indicadores Fiscais

11



## DO RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO	Quadrimestre de Referência	Janeiro a dezembro
	R\$	
RECEITA TOTAL ARRECADADA		325.873.344,57
(-) - Aplicações Financeiras		3.716.914,58
(-) - Operações de Crédito		9.741.499,13
<b>Total das Receitas Primárias (A)</b>		<b>312.414.930,86</b>
DESPESA TOTAL EMPENHADA		319.462.749,58
(-) - Juros e Encargos da Dívida		230.200,41
(-) - Amortizações da Dívida		8.824.344,80
<b>Total das Despesas Primárias (B)</b>		<b>310.408.204,37</b>
<b>Resultado Primário - I = (A - B)</b>		<b>2.006.726,49</b>
	<b>Meta Fixada na LDO 2017 - II</b>	<b>6.955.069,58</b>

12



## DO RESULTADO NOMINAL

Mês de Referência Especificação	Dezembro	
	SALDO	
	Em 31/12/2016 (a)	Em 31/12/2017 (c)
<b>I - Dívida Consolidada</b>	<b>72.657.518,71</b>	<b>73.574.679,04</b>
<b>II - Deduções:</b>	<b>36.333.911,79</b>	<b>48.764.698,21</b>
Disponibilidade de Caixa	36.076.601,69	48.453.336,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	44.501.465,94	52.468.971,24
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	8.424.864,25	4.015.635,12
Demais Haveres Financeiros	257.310,10	311.362,09
<b>Dívida Fiscal Líquida (f-II)</b>	<b>36.323.606,92</b>	<b>24.809.974,83</b>



Metas Fiscais Fixadas LDO - 2017	Meta Fixada p/ 2017	Resultado Nominal Até o Quadrimestre (c - a)
Resultado Nominal (a-b)	7.539.617,62	-11.513.632,09
<b>Relação Dívida x RCL</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
	12,36%	7,93%
Receita Corrente Líquida - RCL	293.889.345,76	312.953.087,20
Limite máximo de Endividamento (Res. 40/01-SENADO FEDERAL) = 1,2 x RCL	352.667.214,91	375.543.704,64

13



## Limites Constitucionais e Legais


14

A despesa total com pessoal do Município não poderá exceder o limite de 60% da receita corrente líquida, considerando-se como valor máximo os limites propostos pela LRF:

6% para o Poder Legislativo;  
**54% para o Poder Executivo.**

15

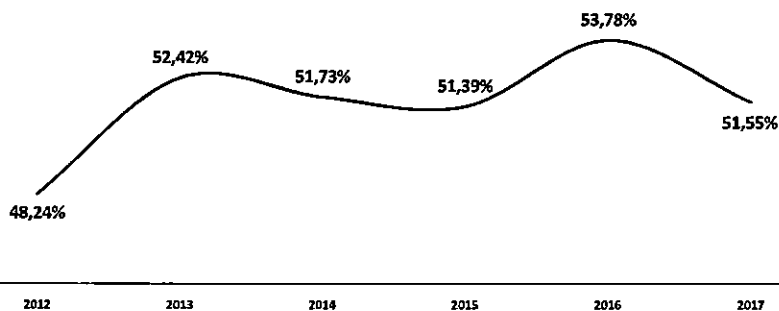


DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS
	ÚLTIMOS 12 MESES Janeiro a dezembro 2017
<b>(a) - DESPESA BRUTA COM PESSOAL:</b>	<b>167.978.593,47</b>
- Pessoal Ativo	140.694.731,19
- Inativos e Pensionistas	0,00
- Contrato de Terceirização de Pessoal (Prestação de Serviços)	27.283.862,28
<b>(b) (-) Despesas Não Computáveis (art. 19, § 1º, da LRF):</b>	<b>6.635.640,51</b>
- Indenização Trabalhistas e Demissão Voluntária	1.215.437,81
- Sentenças Judiciais	1.903.667,81
- Despesas de Exercícios Anteriores	3.516.534,89
- Inativos e Pensionistas	0,00
<b>(I) DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (a-b)</b>	<b>161.342.952,96</b>
<b>(II) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA = RCL</b>	<b>312.953.087,20</b>
<b>(III) PARTICIPAÇÃO DE PESSOAL SOBRE A RCL = (I/II)</b>	<b>51,55%</b>
<b>(IV) Limite Legal Máximo Poder Executivo (54% x RCL)</b>	<b>168.994.667,09</b>
<b>(V) Limite Legal Prudencial do Poder Executivo (51,3% x RCL)</b>	<b>160.544.933,73</b>
<b>(VI) Limite Legal Alerta do Poder Executivo (48,60% x RCL)</b>	<b>152.095.200,38</b>
Diferença entre o % verificado e Limite Legal Máximo (I-IV)	-7.651.714,13
Diferença entre o % verificado e Limite Legal Prudencial (I-V)	798.019,23
Diferença entre o % verificado e Limite Legal de Alerta (I-VI)	9.247.752,58

16



### EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL – 2012 A 2017



17



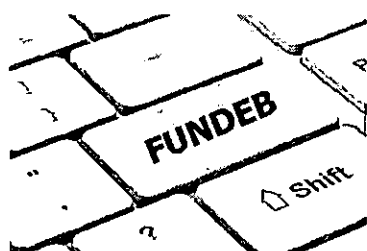
“Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **25% (vinte e cinco por cento)**, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

18



RECEITA	TOTAL
Receita Tributária – Impostos (A)	37.292.521,23
Transferências Constitucionais (B)	163.167.343,11
<b>Total da Receita</b>	<b>200.459.864,34</b>
Receita do FUNDEB	47.763.952,28
Rendimentos do FUNDEB	164.717,79
( - ) Deduções das Receitas p/ composição do FUNDEB (20%)	- 31.139.708,69
<b>Total do FUNDEB Líquido (C)</b>	<b>16.788.961,38</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (A+B) (LIQUIDADA)</b>	<b>68.473.908,34</b>
Despesas da Educação Básica Com Recursos de Impostos	20.845.039,94
Despesas da Educação Básica com Recursos do FUNDEB 60%	34.581.376,58
Despesas da Educação Básica com Recursos do FUNDEB 40%	13.047.491,82
<b>TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (E-C)</b>	<b>51.684.946,96</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO (art. 212 CF)</b>	<b>25,78%</b>

19



É obrigatório a aplicação mínima de 60% das receitas proveniente do Fundo incluído a complementação da União, quando for o caso, na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública, aí se incluindo os encargos sociais de correntes dessa remuneração.

20



RECEITA	TOTAL
TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB	35.903.071,88
COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO	11.860.880,40
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>47.763.952,28</b>
RENDIMENTOS FUNDEB	164.717,79
<b>TOTAL FUNDEB</b>	<b>47.928.670,07</b>
Remuneração dos profissionais do Magistério (60%)	28.757.202,04
DESPESA	
Remuneração dos Profissionais do Magistério	34.581.376,58
Outras Desp. Vinculadas ao FUNDEB	13.047.491,82
<b>Valor aplicado na Remuneração dos Prof. do Magistério (60%)</b>	<b>72,15%</b>
Outras Desp. Vinculadas ao FUNDEB (40%)	27,22%

21



Até o momento em que vierem a ser estabelecidos novos índices percentuais por Lei Complementar à Constituição Federal, conforme prevê o §3º do art. 198 dessa Carta, os municípios deverão aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, **no mínimo, 15% (quinze por cento)** da arrecadação dos impostos e das transferências.

22



RECEITA	TOTAL
Receita Tributária -- Impostos (A)	37.292.521,23
Transferências Constitucionais (B)	155.688.042,97
<b>Total da Receita</b>	<b>192.980.564,20</b>
VALOR MÍNIMO = 15% X [(A) + (B)]	28.947.084,63
<b>DESPESA DO MUNICÍPIO COM SAÚDE (EMPENHADA)</b>	<b>45.988.302,25</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO (art. 212 CF)</b>	<b>23,83%</b>

23



1. O Relatório de Gestão Fiscal – RGF (3º Quadrimestre/2017) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO (6º Bimestre/2017), serão publicados no Diário Oficial do Município .
2. Os dados serão informados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi.
3. Os relatórios serão encaminhados ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM, via sistema e-tcm.

24





**JOAQUIM BELARMINO CARDOSO NETO**  
Prefeito Municipal

**DANIEL IVO NERI GRAVE**  
Secretário da Fazenda

**LEILA CARLA VILA FLOR SOUZA GABRIEL**  
Controladora Geral do Município

**HAMAIANA RIOS ALMEIDA**  
Contadora – CRC/BA nº 039251/O-0